

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DO RURAL E URBANO: ANÁLISE HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS

Carlos Alberto Júnior Leila Cristine Thomas Cidonea Machado Deponti Silvio Cezar Arend

RESUMO

O objetivo deste ensaio é analisar o movimento migratório do meio rural e urbano ocorrido no município de Santo Ângelo/RS, desde a década de 1980 até o ano de 2016. O território de investigação pertence à mesorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Neste trabalho é apresentado a constituição do território, a dinâmica populacional e a economia local. A compreensão a partir da concentração demográfica, diferenciação social, unidade espacial e a descontinuidade territorial são fundamentais para aprofundar o conhecimento do fenômeno migratório e as mudanças que ocorrem no meio urbano e rural. A metodologia se define como descritiva, explicativa e exploratória, configurando estudo de caso. A coleta dos dados caracteriza como uma pesquisa documental, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados. O estudo apresenta que, desde a década de 1980, ocorrem oscilações expressivas no número da população residente, sendo que no ano de 1980 o número era de 93.667 habitantes, já no ano de 2016 a população é estimada em 79.789, demonstrando uma redução de 25%. Como também, no período de 1980 a 2010, apresenta um aumento significativo de habitantes no meio urbano, chegando a 31% e no meio rural uma redução de 88,44%. Santo Ángelo é identificado como um centro de servicos públicos, sediando diversos órgãos da esfera estadual e federal. Sua base econômica está na exploração agropecuária, tendo como principais cultivares a soja, o milho e o trigo, já na pecuária destaca a criação de bovinos de leite e de suínos. Esse aumento da população urbana se caracteriza pela característica central do município em possuir diversos órgãos públicos e ser popularmente conhecido como "Capital das Missões". Já no meio rural, concentram-se grandes extensões de terra na posse de poucas famílias e um grande número de propriedades rurais com uma média de 12 hectares, dificultando a permanência do homem no campo. Mesmo com a dinâmica do poder público e das entidades ligadas agricultura, com ações para fortalecer a economia local, visando conter o êxodo rural, há um fluxo migratório expressivo deste setor econômico no município. Neste sentido a migração é um processo que está diretamente relacionado a essas transformações entre cidade e campo, onde a população movimenta-se entre estes espaços em busca de benefícios que não são visualizados no campo, até mesmo pela divisão territorial urbano e rural. Constata-se que o intenso movimento migratório, interfere no desenvolvimento econômico local e regional, implicando desta forma no desenvolvimento rural e urbano.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Migração; Urbano; Rural; Santo Ângelo



ABSTRACT

The essay is based on the theory of migration and development. The objective is to analyze the migratory movement of the rural and urban environment occurred in Santo Ängelo / RS, from its origin, in the decade of 1706 until the year 2016. The research territory belongs to the Northwest mesoregion of the State of Rio Grande do Sul / Brazil. This paper presents the constitution, colonization, population dynamics and economy. The understanding of demographic concentration, social differentiation, spatial unity and territorial discontinuities are fundamental to deepen the knowledge of the migratory phenomenon and the changes that occur in urban and rural environments. The methodology was configured as explanatory and exploratory descriptive, being configured as a case study. The data collection characterizes a documental research, with quantitative and qualitative approach of the data. The study shows that since the founding of the municipality, there have been fluctuations in the number of the resident population, and in 1980 the number was 93,667 inhabitants, in the year of 2016 the population is 79,789, demonstrating a reduction of 25%. As well, in the period from 1980 to 2010, there is a significant increase of inhabitants in the urban environment, reaching 31% and in the rural area a reduction of 88.44%. Santo Ângelo is characterized as a center of public services, hosting several state and federal agencies. Its economic base is in the agricultural holding, having as main cultivars the soybean, corn and wheat, already in the cattle raising stands out in the creation of cattle of milk and swine. This increase of the urban population is characterized by the central characteristic of the municipality in owning several public agencies and being popularly known as "Capital of the Missions". In the rural area, large tracts of land are concentrated in the possession of a few families and a large number of rural properties with an average of 12 hectares, making it difficult for the man to remain in the field. Even with the dynamics of public power and the entities linked to agriculture, with actions to strengthen the local economy, aiming to contain the rural exodus, there is an expressive migratory flow of this economic sector in the municipality. In this sense, migration is a process that is directly related to these transformations between city and country, where the population moves among these spaces in search of benefits that are not visualized in the field, even by urban and rural territorial division. It is observed that the intense migratory movement, interferes in the local and regional economic development, implying in this way in the rural and urban development.

INTRODUÇÃO

O estudo aborda os conceitos sobre migrações e o desenvolvimento urbano, tendo como objetivo descrever a relação entre os dois na perspectiva da cidade-campo e urbano-rural a partir das leituras dos textos referenciados na bibliografia e tendo como principal o livro "Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural" organizado por Sposito e Whitacker (2013). A problemática desta discussão é: Como se apresenta o movimento migratório entre o rural e o urbano do município de Santo Ângelo/RS de 1980 a 2016?



As relações entre o local e o global têm sido o foco de muitas análises, tendo referência as relações entre a cidade e o campo, compreendendo as pequenas e médias cidades que integram este processo diante da globalização.

A divergência que abarca os aspectos e dimensões entre a cidade e o campo, e entre o urbano e o rural vem de complexas relações, e das interações nesse espaço. As constantes mudanças que ocorrem nesta relação, provocam a releitura incessante destes conceitos, perpassando por áreas que estão ganhando espaços em bases de dados, que são importantes como os Censos do IBGE para que se compreenda a partir dos dados secundários a movimentação deste meio.

A metodologia apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, enquadrada como pesquisa descritiva, explicativa e exploratória, configurando um estudo de caso. A coleta dos dados caracteriza como uma pesquisa documental, em artigos, livros e matérias disponibilizados na internet (sites governamentais e instituições). O tratamento dos dados foi abordado de forma quantitativa.

O artigo está divido em três seções, mais a introdução e as considerações finais. A primeira seção aborda o desenvolvimento urbano e rural, a relação que há entre cidade e campo. Na segunda seção e apresentada as características do Município de Santo Ângelo e Região, e na terceira seção, são apresentados o movimento migratório e o desenvolvimento urbano com base no número de população de Santo Ângelo como campo de investigação.

2 Desenvolvimento Urbano e Rural: Relação Cidade e Campo

Vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? Pergunta feita por Milton Santos (2000), onde descreve que as explicações mecanicistas são insuficientes para compreender a verdadeira influência da transformação do mundo, sendo a história humana a precursora da pirâmide que vivem as gerações globalizadas. O mundo pode ser visto com outros olhos, pois temos como crença que o mundo que nos é apresentado é verdadeiro, e não vemos a sua percepção enganosa, tendo de um lado o progresso da ciência e das técnicas, que estão proporcionando a precisão e a intencionalidade, a partir de novas matérias, mas de outro lado a aceleração contemporânea.

Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019

ISSN: 2447-4622



As transformações em tamanha magnitude e o compasso que aconteceram e vem acontecendo, provocando desafios a sociedade, fazendo experimentar novas formas de *habitat* e de vida, trazendo aos pesquisadores um desafio de analisar o intenso processo de urbanização que está em constante mudança (SPOSITO, et al., 2013).

Neste processo de globalização e a compreensão da relação da cidade e o campo, urbano e o rural, as questões analíticas a partir da concentração demográfica, diferenciação social, unidade espacial e a descontinuidades territoriais são fundamentais para aprofundar o conhecimento neste processo de globalização e a compreensão da relação cidade e o campo, urbano e o rural.

A concentração demográfica é, frequentemente, tomada como atributo das cidades, pelo fato de demonstrar condições favoráveis ao adensamento da população, tendo o campo uma dispersão da população marcada pela extensão territorial. Nesta diferenciação a urbanização é compreendida pelo número de pessoa que vivem na cidade, mas é visível que esta definição é um processo mais complexo, levando a razão de que a questão cidade-campo vai além, integrando uma diferenciação social, não só pela diferença etária ou sexual, mas pelo sedentarismo de grupos que a formação das cidades proporcionou (SPOSITO, et al., 2013).

Dois termos indicam o conceito de cidade que são definidos como aglomeração e sedentarismo, exemplificados por Lencioni (2008, p.116):

Nos idos dos anos 60 do século XX, Max Derruaux considerava que embora possa haver casos de cidades com população voltada para as atividades agrícolas, a exemplo de várias aglomerações mediterrâneas, como Mesina, Palermo ou Murcia, essas apresentam aspectos próprios das cidades, como mercado (local de trocas) e administração pública. E, para reforçar sua argumentação, acrescenta que a fábrica com algumas casas ao redor onde a atividade é distante de ser agrícola, nem por isso constitui uma cidade.

Por tanto, o fato da aglomeração sedentária conter população voltada para as atividades do campo não compromete o sentido de cidade que pode estar presente no aglomerado. E, indica, mais uma vez, que uma definição da palavra originária de um dicionário não se confunde com o seu conceito científico, pois é usual nos dicionários a definição de cidade estar relacionada estritamente a uma população não agrícola (LENCIONI, 2008, p. 116).

Podemos compreender que no campo científico a leitura e a conceituação de cidade ultrapassam as barreiras de se conceituar que uma cidade é aquela que se apresenta sem uma população agrícola, pois se percebermos a formação das cidades,



as mesmas se deram pela aglomeração de pessoas em um determinado ponto do território, vindos de uma atividade agrícola e provocando assim as migrações pendulares onde as pessoas moram na cidade e deslocam-se para o campo.

Neste processo ainda podemos descrever que a unidade espacial na relação cidade-campo é associada ao urbano, expressando que estes espaços eram contínuos, materialmente separando-o do território de uso rural. Levando a compreender que a cidade e o campo, provocam um maior nível de compreensão ou de dificuldade de distinção destes espaços, devido a uma transição do que se aprende como cidade e o que se entende como campo. As mudanças em ritmo acelerado desta divisão do trabalho entre urbano e rural apresentam as dificuldades na distinção entre cidade e campo. Provocado por algumas transformações, sendo a fácil mobilidade um dos caminhos que altera o processo tradicional entre o urbano e o rural, o conteúdo social e cultural dos espaços da cidade e do campo, dando uma maior amplitude nos parâmetros de identificação, superação e amálgama nesta relação da cidade-campo (SPOSITO, et al., 2013).

Neste sentido, a migração é um processo que está diretamente relacionado a essas transformações entre cidade e campo, onde a população se desloca para estes espaços em busca de benefícios que não visualizam no campo, até mesmo pela divisão territorial do trabalho do urbano e rural.

O desenvolvimento dos centros urbanos, fez com que boa parte do contingente populacional do meio rural migrasse para as cidades, em virtude das oportunidades de emprego e melhores condições de vida. Uma análise das migrações internas, com base nos dados censitários de 1940 e de 1950, de acordo Souza (1980, p. 19) diz que:

[...] apesar de ser um fenômeno geral e não recente, mostra-se, entretanto mais intenso o êxodo rural nas fases de transformação da estrutura econômica de um país, especialmente naquela em que a industrialização quebra os quadros de uma economia tradicionalmente agrícola. Aliás, é neste sentido de elemento de transformação estrutural que o problema do êxodo rural enquadra-se perfeitamente no processo geral de desenvolvimento econômico.

A redução da necessidade de trabalho familiar, o aumento dos custos de produção e das dificuldades, em fase crescente, a falta de geração adequada de renda as famílias, a permanência dos jovens nos espaços rural é cada vez mais difícil.

A saída do jovem do campo para a cidade se caracteriza pela facilidade que visualiza em poder desenvolver uma atividade e ser remunerado profissionalmente,



promovendo o esvaziamento de espaços rurais sem a possibilidade de dar continuidade nas atividades, principalmente no que se refere a agricultura familiar, gerando uma crise de sucessão familiar.

Os autores Oliveira e Schneider (2009) descrevem: "[...] com base em Bourdieu (2000) e Champagne (2002), que a crise de reprodução possui uma dimensão que é simbólica, sendo também uma crise nos valores e na forma de ver e de avaliar a atividade agrícola e o modo de vida rural" (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009, p. 153).

Neste aspecto podemos descrever que os conteúdos sociais e culturais que vão se modificando nas relações do espaço cidade e campo, provocam este sentimento de pertencer a cidade e não mais ao campo. Como descrito pelos autores, a modernização do campo provoca o movimento de migração de pessoas, principalmente os jovens para o urbano.

Conforme Silvestro et al. (2001), na agricultura familiar a reprodução social implica, basicamente, a permanência de um membro da família, entre os filhos, com desejo de organizar a sua vida profissional em torno da unidade produtiva. Os autores Abramovay et al. (2001) e Champagne (2002a) alertam que não existe atividade produtiva na qual as relações familiares tenham tanta relevância como na agricultura. A passagem de ofício entre gerações possui uma posição fundamental para sua reprodução social e econômica.

Pelo fato de ter pouca dependência do mercado de bens industriais e de produtos agrícolas, o isolamento geográfico e a precariedade dos meios de transporte favoreciam o fechamento, ou o relativo isolamento, dos agricultores num mundo social de base local. Com isso, a identidade dos filhos não tinha como se diferenciar da identidade dos pais. Para Champagne (2002b, p. 23), a "identidade é uma forma da garantia da reprodução, cabendo ao sucessor a perpetuação da família e a integridade do patrimônio que lhe pertence".

Os autores Oliveira e Schneider (2009, p. 156) descrevem:

Nesse microcosmo, relativamente isolado das influências externas, bastava deixar agir a lógica familiar para que, de maneira quase automática, surgisse um ou vários filhos desejando continuar o empreendimento. A tendência para a autorreprodução e para a autoperpetuação estava tão fortemente inserida nas estruturas sociais e na morfologia do grupo local que, longe de ter de convencer seus filhos a permanecer para sucedê-los, os pais deviam, ao contrário, estimular e, às vezes, mesmo forçar a partida daqueles que estavam excedentes, os quais muitas vezes deixavam a custo o empreendimento familiar, com um sentimento de exclusão.



No entanto, para Bourdieu (2000), as transformações globais do espaço social rural, com a modernização da agricultura e das sociedades rurais, desenvolveram uma abertura objetiva e subjetiva, gerando um processo de unificação do mercado de bens econômicos e também de bens simbólicos. Bourdieu (2000) intitula esse processo de "unificação do mercado de bens simbólicos, ou revelação simbólica, sendo este o produto acumulado de inúmeras conversões individuais, que, de um determinado linear, arrastam-se reciprocamente, numa corrida cada vez mais precipitada" (BOURDIEU, 2000, p.104).

Para Champagne (2002b) a verificação entre as trajetórias sociais na agricultura e as possibilidades fora dela, ocorre inicialmente em relação às condições dos familiares que saíram do meio rural, principalmente entre irmão e irmãs, e de forma mais intensa quando os imigrados são em número maior do que os que ficaram.

A grande força de atratividade das cidades promoveu a redistribuição espacial da população, provocando o deslocamento para a cidade em busca de alternativas. A hierarquia, de acordo com a posição de cada membro da família, está relacionada diretamente aos projetos familiares em relação a cada membro. Nestes projetos familiares, as filhas e os filhos não herdeiros eram preparados desde muito cedo para outras trajetórias profissionais como, militares, padres, professores. Os membros que seguem outra trajetória têm menor resistência às condições de atração do espaço urbano, ficando mais dispostos as promessas da vida na cidade.

Neste fluxo de migração do espaço rural para os espaços urbanos, a Europa tem apresentado que a demografia é mais do que uma taxa de natalidade e esperança de vida, mais sim é extremamente influenciada pelas mobilidades e pela migração (GAULET, et al., 2011).

Apresentando de acordo com Gaulet (2011, p. 16) que:

Existe um crescimento continuo nas grandes cidades e um processo continuo de migração em direção as grandes cidades da EU como Paris, Londres, Madrid, Barcelona, Atenas, Viena e Berlim. Uma vez que o excesso de população rural sofreu um declínio na maioria dos Estados Membros, com exceção da Polónia e da Roménia, a percentagem de imigrantes dos influxos urbanos cresceu (GOULET, et al, 2011, p. 16).

Decorrente deste processo de mobilidade e migração da população rural para o espaço urbano demarca a expansão das cidades, evidenciando uma menor delimitação



entre rural e urbano e estreitando a fronteira entre a cidade e o campo (GAULET, et al., 2011).

Com certo despovoamento rural promovido pela migração para a cidade, buscando um desenvolvimento territorial equilibrado, as cidades de pequenas e médias dimensões tem um papel fundamental no desenvolvimento territorial, equilibrado não só na preocupação do bem-estar social dos habitantes destas cidades, mas como de todo o município, sendo assim integrado o rural.

Como apresentado no relatório "Cidades de Amanhã" a Europa no último século passou de um continente predominantemente rural para urbano, em virtude da baixa população e incentivos para a permanência no campo, buscando uma qualidade de vida melhor nos centros maiores, e a industrialização das pequenas cidades, tornando-as dependentes deste processo.

Nesta contextualização da migração do campo para a cidade, não há um automatismo na migração campo-cidade como pensavam os teóricos da sociologia funcionalista americana, sendo esta migração para as cidades em muitos casos direta ou indiretamente forçada, quase compulsória (MATOS, 2012), como descrito anteriormente, que a possiblidade de não ocorrer a sucessão na propriedade rural, até mesmo a falta de alternativas como incentivos de políticas públicas ou outros fatores de expulsão existentes no campo faz com que ocorra esta migração.

Historicamente os ciclos econômicos provocaram um grande fluxo de migração das famílias rurais do Nordeste para o sudeste do Brasil, na busca de ter como benefício uma melhor renda e um melhor padrão de vida.

Com isso Rosa et al (2013), descrevem que:

[...] com a intensificação das atividades capitalistas e com uma maior integração entre esses espaços, as articulações e os fluxos passaram a ser cada vez mais frequentes e ícones do urbano e do rural, a indústria e o trabalhador rural, respectivamente, tornaram-se presenças marcantes no campo e na cidade (Rosa et al, 2013, p. 188).

Matos (2012), por sua vez, contextualiza que:

[...] não há mecanismos automáticos na migração para as cidades, porque as pessoas não se dispõem tão facilmente a sair de suas áreas de origem, a perderem seus vínculos identitários com os lugares, familiares e amigos. A emigração pode ser uma aventura difícil por causa do enfrentamento de situações ameaçadoras nas áreas de atração, geralmente cidades. Daí a importância das redes sociais construídas pelos migrantes, como uma estratégia de sobrevivência existencial, social e cultural, capazes de refazer laços de pertencimento



entre pessoas de lugares separados por longas ou curtas distâncias, tanto hoje como no passado (MATOS, 2012, p. 8).

Estas redes foram se constituindo em virtude de os primeiros migrantes passarem as informações de como era o convívio social, neste processo de mudança, de um território para outro totalmente estranho.

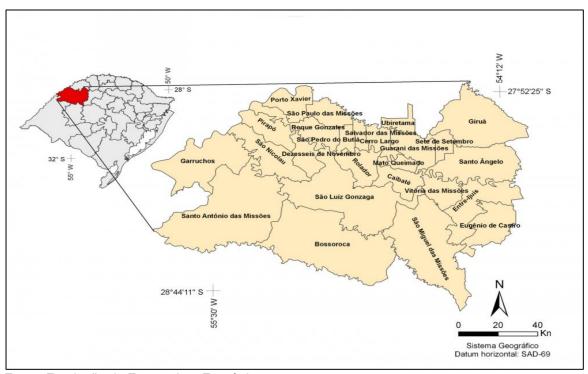
Esse fluxo de migração entre o rural e o urbano, desperta entender esse processo em um município localizado na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, por ter um esvaziamento da população rural e consequentemente um desenvolvimento urbano, torna-se um polo regional.

3 Caracterização Histórica de Santo Ângelo

Situado geograficamente ao Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Imagem 1), o município de Santo Ângelo é pertencente a Região do COREDE Missões, que está distante em média 499,08 Km da Capital do Estado, circundado pelos COREDES Fronteira Noroeste ao Norte, Vale do Jaguari ao Sul, Noroeste Colonial ao Leste, Fronteira Oeste ao Sudoeste e limitando a sua fronteira territorial a Oeste com a Argentina. A Região do COREDE Missões possui um relevo com superfícies regulares, permitindo a mecanização da superfície agrícola.



Imagem 1 – Localização da Região do COREDE Missões e do Município de Santo Ângelo



Fonte: Fundação de Economia e Estatística, 2008.

Santo Ângelo é o maior município em número de habitantes da Região do COREDE Missões, entre os 25 municípios, que o compõe, sendo eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama, Vitória das Missões.

De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (2010) a Região das Missões conta com 248.016 habitantes, em uma área total de 12.855,5 Km². Sendo que deste total da população, 175.877 habitantes vivem no meio urbano e 72.139 habitantes vivem no meio rural. A densidade demográfica é de 112,5 hab/km², com uma taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) de 6,45%.

Santo Ângelo, possui uma população de 76.275 habitantes, representando 30% da população total da Região. Ainda se destaca que o PIB do município é de 1.878.006 (mil reais). Já o Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,772, sendo o maior entre os



municípios da Região do Corede Missões. O Índice de Gini está em 0,54, apresentando desta forma uma distância da igualdade.

4 Compreensão da concentração demográfica, da diferenciação social e da descontinuidade territorial

Como sendo um estudo de caso, e para melhor compreender a concentração demográfica, a diferenciação social e a descontinuidade territorial do Município de Santo Ângelo, Keber (2008, p. 47) destaca que "[...] a manutenção enquanto ponto estratégico e localidade de referência no Estado, [...]", Santo Ângelo acaba por ser um:

- [...] importante polo na região em que está inserida, através de alguns fatores:
- 1. Pela ligação histórica herdada do passado, enquanto Municípiosede, localidade mais antiga na região, ex-redução jesuítica, mas, principalmente, pela possibilidade de ter sob seus domínios municipais um sítio arqueológico em reconhecimento na época.
- 2. Por torna-se fim de linha na região, em um período convulsivo no Estado, de intenso trânsito imigratório pela localidade e de produção de um excedente agrícola capaz de ser escoado para grandes centros a partir de 1921.

Como um centro de escoação da produção agrícola e um portal para o trânsito de pessoas, o fluxo migratório a partir da década de 1940 de imigrantes de diversas etnias, proporcionaram um desenvolvimento cultural nesta região, transformando a estrutura social, o meio urbano e rural. Como um polo regional, na Tabela 1, pode ser observado a movimentação da população total do município de Santo Ângelo, desde o ano 1980 até a o ano de 2016, de acordo com a estimativa realizada em 2015 pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

Tabela 1 – Total da população do Município de Santo Ângelo / RS

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1980	93.667		
1991	76.592		
2000	76.745	64.900	11.845
2010	76.275	71.804	4.471
2016	79.789		

Fonte: FEE, 2019 - Elaborado pelos autores



De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, entre os anos 1980 e 1990, pode ser observado que ocorre uma diminuição de 17.075 habitantes na população total do município. Um dos fatores que representam essa baixa da população é o desmembramento de alguns distritos do município de Santo Ângelo. Em 1988 é desmembrado o distrito de Entre-ljuís, Eugênio de Castro, São Miguel das Missões e Vila Seca para ser elevado à categoria de Município, separadamente. Entre esse período de 1980 a 1990, além dos distritos que foram emancipados, também surge outros distritos que vão se incorporando ao município de Santo Ângelo. No período de 1991 a 2000 apresenta um acréscimo de 153 habitantes, por outros distritos serem criados, como Rincão dos Roratos, Sossego, União, Lajeado Micuin, Cristo Rei, Ressaca Buriti, e a emancipação do Distrito de Vitória das Missões. Após o ano de 1995 o Município não apresenta desmembramento em seu território, ficando constituído por 15 distritos, sendo eles: Santo Ângelo, Atafona, Buriti, Colônia Municipal, Comandaí, Cristo Rei, Lajeado Cerne, Lajeado Micuim, Restinga Seca, Rincão dos Mendes, Rincão do Meoti, Rincão dos Roratos, Ressaca Buriti, Sossego e União (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959). Com a dinâmica territorial do Município de Santo Ángelo estabilizada, o mesmo apresenta outros fatores que fortalece a sua característica de polo regional, sendo concentrado em seu perímetro urbano a prestação de serviço como, educação, saúde, instituições públicas e indústrias, para os demais municípios.

No ano 2000 ocorre um leve aumento na população geral, mas o que se destaca nesse período é a leitura realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) onde apresenta o Censo Demográfico por Domicilio, sendo possível ver a diferença do número populacional do Município, separando o Urbano e o Rural. Nessa leitura, a população urbana representa 84% do total da população, e 16% está residido no meio rural. Pelo fato de Santo Ângelo, concentrar regionalmente a prestação de serviço das instituições públicas e privadas, faz com que a sua população urbana seja maior e que o seu desenvolvimento urbano, acompanhe essa característica. No início dos anos 2000 a produção agrícola, estava iniciando a mecanização do campo, e com uma característica de pequenas propriedades, a população no meio rural tinha no período uma boa representação. Mas, quando em 2010 é apresentado o novo Censo Demográfico por Domicilio, se observa que em relação ao censo do ano 2000, a população urbana de Santo Ângelo dispara de 64.900 habitantes para 71.804 habitantes, tendo um acréscimo de 11%. Nessa leitura, a população rural sai de 11.845



habitantes para 4.471, decrescendo 62,2%. Em uma década, o município de Santo Ângelo, perdeu no meio rural um total de 7.374 habitantes, esse total, está relacionado a mortalidade, migração para o meio urbano ou para outros destinos além da fronteira do município.

Essa redução da população rural apresentada no município, é relacionada com Spositto et al (2013), quando a mesma vai descrevendo que o desenvolvimento do espaço urbano no processo de divisão do trabalho, provocou a migração de boa parte da população rural, para o meio urbano, pelo fato de acreditar que se encontraria melhores condições de trabalho, lazer e saúde. Isso ocorre, e se caracteriza pelos dados apresentados, bem como tratado por Rosa (2013) quando aborda, que as intensificações da atividade capitalista vão se socializando entre o espaço urbano e rural, tornando uma articulação entre a indústria e o trabalho rural, fazendo com que a relação campo e cidade obtenha características diferentes, inviabilizando a permanência da população rural com baixas condições de sobreviver no seu espaço constituído.

Neste contexto, a globalização está fomentando transformações no campo, com inserção de tecnologias e uma divisão territorial do trabalho, onde os menos favorecidos do meio rural, migram para a cidade, em busca de uma melhor qualidade de vida. Este processo, faz com que ocorra uma série de transformações nas cidades, onde é necessário se constituir um plano diretor para assim tentar organizar, ordenar estas mudanças. As relações da cidade e do campo, são construídas constantemente, fazendo a provocação para a leitura e compreensão contínua dos acontecimentos de urbanização advindo da ocorrência do rural. Como podemos observar que outros países viveram e vivem as transformações da sociedade em virtude da globalização, como apresentado na União Europeia.

Como Rosa (2013) descreve:

Se admitirmos que o meio rural se tornou diversificado, podemos afirmar que esse espaço comporta hoje distintas formas de existência e, nesse sentido, a diversidade do meio rural deve ser o objetivo das discussões. É preciso considerar nesse caso, as disparidades locais e regionais do país. Tendo isto em vista, o campo é hoje espaço de riqueza e de pobreza, de luta pela terra e dos grandes latifúndios, do agrobusiness e da pequena produção, de produção e moradia, do trabalho e do lazer. Porém, alguns estudos não levam em considerações esse fato e tendem a aproximar – unicamente do ponto de vista econômico – a relação que se estabelece entre campo e cidade, no sentindo de que as transformações estariam



homogeneizando-os, não se falando mais em rural, mas em "novo rural", em "rurbano" (ROSA, 2013, p. 190-191).

Apresentando assim um novo conceito nos estudos da relação que ocorre entre a cidade-campo e urbano-rural, visualizando o quanto é discutível esta compreensão. Nesse contexto e com os dados apresentados, pode ser percebido que a falta de incentivo, ausência de políticas públicas para a permanência no campo, para aquela população rural menos favorecida.

CONCLUSÃO

O município de Santo Ângelo, analisado nesse trabalho, apresenta uma diversidade social e cultural, atribuída pela sucessão de fatos históricos no decorrer da sua formação, possuindo uma concentração demográfica, e uma descontinuidade territorial, entre os anos 1980 e meados de 1990.

A partir dos dados apresentados, se percebe que Santo Ângelo, mesmo sendo um polo regional na prestação de serviços públicos e privados e por concentrar o maior PIB, tem dificuldade na expansão e na atração de investimentos públicos e privados, para o desenvolvimento no meio urbano e rural.

Essa migração da população rural para o meio urbano, pode estar relacionada com a industrialização do meio rural, baixa natalidade, a mortalidade, falta de incentivo, educação, saúde, acesso logístico, lazer.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: BOURDIEU, P. O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000. p. 93-119.

CHAMPAGNE, P. L' héritage refusé: La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950 - 2000. Paris: SEUL, 2002a.

. L' héritage refuse: La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1995 – 2000. Paris: Le Seuil, 2002b.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. Estimativas Populacionais (Revisão 2015). Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/estimativaspopulacionais. Acesso em: abr, 2019.



GAULET, Raphael et al. **Cidades de amanhã: desafios, visões e perspectivas.** In: GAULET, Raphael; PISKORZ, Władysław (org), 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça Cidades e Estado do Brasil (1959).** Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-angelo/historico. Acesso em: abr, 2019.

KERBER, Rodrigo Fabrício. Santo Ângelo: A Firma – Ação da Modernidade na Arquitetura da Cidade, 1930 – 1945. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE, 2008.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n 24, 2008, p. 109-123.

MATOS, Ralfo. **Migração e Urbanização do Brasil.** Geografias, Belo Horizonte, 08 (1), jan-jun de 2012, p. 7-23.

OLIVEIRA, Daniela; SCHNEIDER, Sergio. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologista de Ipê (RS). **Novos cadernos NAEA**, v.12, n. 2, p. 149-174, dez. 2009, ISSN 1516-6481.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeio: Record, 2000.

SILVESTRO. M. L. et al. **Os impasses sociais da Sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: NEAD, 2001.

SOUZA, Itamar de. Migrações interna no Brasil. Natal: Vozes, 1980.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. P. 111-130. In **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** Organizadores Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magon Whitacker. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ROSA, Lucelina Rosseti; Ferreira, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. P. 187-204. In **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** Organizadores Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magon Whitacker. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.